

Ministro condena concessão de mandados de segurança em casos de ameaça à saúde

Brasília — O Ministro da Saúde, Sr Almeida Machado, disse ontem durante a 6.^a Conferência Nacional de Saúde, que já encomendou à Consultoria Jurídica do Ministério projeto de lei propondo alterações no código sanitário, para impedir que os juízes concedam liminar a mandados de segurança, quando estes tratarem de assuntos que representem ameaça à saúde da população.

Acrescentou que acatou a sugestão para a alteração, que lhe foi entregue pelo Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Sr Jair Soares, que alegou ter enfrentado sérios problemas em seu Estado, quando determinou o fechamento das clínicas Slimming Center, após constatar que elas usavam injeções de medicamentos de efeitos desconhecidos para apressar o emagrecimento de clientes.

JUSTIFICATIVA

O Ministro justificou a necessidade da medida com um exemplo fictício: "Imagine se a saúde pública apreende uma grande quantidade de latas de conservas contaminadas, instaura processo administrativo para apurar responsabilidades e o proprietário entre com mandado de segurança, obtém a liminar e continua vendendo as conservas até que seja concluído o laudo do exame do produto e o processo, colocado em risco a saúde da população. Não é possível uma coisa dessas, quando queremos moralizar o setor".

Anunciou também o Ministro Almeida Machado que o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), inicialmente formulado para ser aplicada em municípios do Nordeste de até 20 mil habitantes, será estendido a todos os municípios do país.

Após ouvir a leitura dos relatórios dos grupos que discutiram a interiorização dos serviços de saúde, o Ministro afirmou que "durante décadas a saúde foi objeto de barganha política no Brasil. Muitos vereadores se elegeram usando a saúde. O PIASS pretende mudar a estrutura atual, formando pequenos núcleos de atendimentos de primeira necessidade e, num aspecto preventivo, sanear as regiões".

ESQUISTOSSOMOSE

Os professores Amaury Coutinho e Lobato Paraense, que debaterão esta tarde, na Conferência, o Programa Es-

pecial de Controle da Esquistossomose, levantaram ontem dúvidas quanto à validade do tratamento em massa e indiscriminado da doença, que o Ministério da Saúde vem promovendo nas regiões do Nordeste onde não existe saneamento básico.

O professor Amaury afirmou que na Região de Touros, no Rio Grande do Norte, a reinfestação atingiu a índices de 17% em um ano, apesar do tratamento aplicado pelo Ministério da Saúde. O painel sobre o Programa Especial de Controle da Esquistossomose não constava do temário oficial da Conferência, mas foi incluído a pedido de pesquisadores da doença.

ESQUIZOFRENIA

"Hospital psiquiátrico não faz nenhum bem aos portadores de esquizofrenia e aos doentes mentais crônicos, que são internados apenas por causa do descaso com que seus parentes os tratam" — afirmou em sua palestra o coordenador de Saúde Mental de Pernambuco, Sr Paulo Mariz.

Ele defendeu o tratamento ambulatorial e assegurou que desde 1972 Pernambuco vem tentando modificar a assistência tradicional, o que acredita só será possível com o projeto atual, que prevê também atividades de prevenção primária no grupo de mulheres, crianças e adolescentes. Acrescentou que no interior de seu Estado, as equipes nunca foram preparadas para atender o doente mental e nem para fazer prevenção, "resultando daí a superlotação de hospitais psiquiátricos".